



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

Praça Marechal Floriano Peixoto, 01 – Centro - Rio Novo – MG – 36150-000

www.camararionovo.mg.gov.br

contato@camararionovo.mg.gov.br

(32) 3274.1132 **Atendimento**

(32) 3274.2212 **Secretaria**

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO N.º. 1033/2011

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Rio Novo, realizada em 26 de agosto de 2011.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2011, às 19h30, em sua sede própria, reuniu-se em sessão Ordinária a Câmara Municipal de Rio Novo, sob a presidência do vereador Elder Louro de Souza e com a presença dos seguintes vereadores: José Adriano Tostes Xavier, Marcio Andrey Vieira Moreira, Eder Lima Moreira, Guilherme Costa de Castro, Francisco de Assis da Cruz, Ormeu Rabello Filho, Heitor Cordibeli dos Santos e Ivalto Rinco de Oliveira. **ATA** – Dispensada a leitura da Ata n.º.1032/2011, foi à mesma aprovada por unanimidade dos presentes. Palavra com o presidente Elder Louro. Desejo um voto de pesar pelo falecimento da sogra do vereador Ivalto Rinco. **EXPEDIENTE – 01 – Emenda ao Projeto de Lei n.º. 004/2011.** Emenda Modificativa: O art. 1º passa a ter a seguinte redação: Art. 1º – Fica concedido um reajuste salarial no percentual de 15% (quinze por cento) aos profissionais do magistério – Professores efetivos e contratados do Município de Rio novo. Emenda Modificativa: O art. 2º passa a ter a seguinte redação: Art. 2º - Fica concedido um reajuste salarial no percentual de 15% (quinze por cento) aos profissionais dos anexos abaixo: Anexo I – Quadro de Funções Gratificadas – FG. Cargo de Diretor Escolar, Cargo de Vice-Diretor Escolar, Cargo de Coordenador de Escola e Creche. Anexo I – Pessoal Efetivo do Magistério: cargo de Supervisor Pedagógico. Emenda Aditiva: Cria o art. 3º com a seguinte redação: Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011. Sala das Sessões, 25 de agosto de 2011. Ormeu Rabello Filho – vereador proponente. **02 – Parecer Jurídico em relação ao Projeto de lei n.º. 004/2011.** O Consulente encaminhou a essa assessoria jurídica o projeto de Lei n.º. 04/2011 que “Concede reajuste salarial aos profissionais do Magistério do município de Rio Novo”, solicitando parecer sobre o caráter constitucional e fiscal. Dado o exposto, é o relatório. Fundamentação. O projeto de Lei n.º. 004/2011 que trata sobre o reajuste do magistério, teve sua iniciativa no Poder Executivo com base no inciso I do art. 46 da Lei Orgânica Municipal. Portanto, não há vício de iniciativa no projeto de lei, sob a análise constitucional. Contudo, no que se refere ao âmbito de responsabilidade fiscal, é ausente, pelo menos nas documentações encaminhadas a essa assessoria jurídica, o competente impacto econômico e financeiro que trata o art. 16 da Lei Complementar n.º. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), verbis: art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; II – declaração do ordenador de despesas de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Haja vista que esse reajuste não é a título de revisão geral anual de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e, sim, por ganho real, ou seja, o aumento do vencimento base dos servidores públicos profissionais do magistério, de acordo com a definição do inciso II do art. 22 da Lei Federal n.º. 11.494, de 20 de junho de 2007 (regulamenta o FUNDEB). Assim, essa assessoria conclui que ausente o impacto a que se refere o dispositivo acima mencionado, infrutífera será o trâmite dessa proposição em plenário, uma vez que os nobres vereadores estarão aprovando um reajuste sem conhecer qual será o comportamento do financeiro no que respeite ao gasto de pessoal de que trata o art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto aos demais parâmetros, essa assessoria sinaliza pela legalidade da proposição destacando qualquer alteração que vise a aumentar o percentual de reajuste por parte dos Edis estará ferindo o disposto no parágrafo único do art. 46 da Lei Orgânica Municipal, haja vista a proibição de aumento de despesa em proposição de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal. S.M.J. é o parecer. Ferreira Martins – Advogados Associados. **03 – Projeto de lei n.º. 04/2011.** Concede reajuste salarial aos profissionais do Magistério do município de Rio Novo. Rio novo, 19 de agosto de 2011. Antonio de Moura Varotto. Prefeito Municipal. **04 - Projeto de lei n.º. 05/2011.** Cria gratificação e altera Unidade Padrão de Vencimentos na Lei n.º. 731/99. Rio novo, 19 de agosto de 2011. Antonio de Moura Varotto. Prefeito Municipal. **05 – Projeto de Decreto Legislativo n.º. 13/2011.** Concede título de cidadã benemérita e dá outras providências. Rio Novo, 19 de agosto de 2011.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

Praça Marechal Floriano Peixoto, 01 – Centro - Rio Novo – MG – 36150-000

www.camararionovo.mg.gov.br

contato@camararionovo.mg.gov.br

(32) 3274.1132 **Atendimento**

(32) 3274.2212 **Secretaria**

Ormeu Rabello Filho e Francisco de Assis da Cruz. Vereadores Proponentes. **06 – Resposta à requerimentos.** Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Rio Novo. Vimos através deste encaminhar resposta aos requerimentos nº. 67, 68 e 69/2011. Antonio de Moura Varotto. Prefeito Municipal. **07 – Telegrama Oscar Niemeyer.** Considerando as dificuldades que eu possa enfrentar numa viagem até a nossa querida Rio Novo, resolvi, em comum acordo com meu neto Carlos Oscar, acertar uma data para receber esse título que tanto me alegra. Pensamos que poderá ser dia 15 de setembro às 15 horas. Muito obrigado pela homenagem que vocês me prestam. Um abraço. Oscar Niemeyer. **08 – Convite Exposição.** A Prefeitura Municipal de Rio Novo e a Comissão Organizadora têm a honra de convidar V. Exia. e família para as festividades da XXVIII Exposição Agropecuária e Industrial de Rio Novo e IV Pavilhão de Oportunidades e Negócios, em especial, para a cerimônia de abertura oficial às 21:00 horas do dia 09 de setembro de 2011. Palavra com o presidente Elder Louro de Souza. Dando continuidade ao expediente, temos hoje em nosso auditório a secretária de Educação Sra. Maria Luíza Gouvêa Varotto, que espontaneamente se dispôs a conversar conosco e sanar dúvidas sobre os projetos apresentados. Palavra com o vereador Eder Lima. O assunto discutido aqui na quarta-feira foi para chegar a essa emenda que apresentamos hoje. A Senhora Poderia nos passar o impacto do cálculo que foi feito para apresentação dos projetos 04 e 05/2011? Palavra com a Sra. Maria Luíza. Pelo que sei da Lei Orgânica, não é competência do legislativo modificar valores que são fixados pelo executivo em nenhuma esfera. Entendo que a Câmara não tem essa competência. Se for enviada logicamente será vetada. Doze por cento é o percentual possível pela contabilidade que fizemos. Fizemos um simulado com o aumento que seria dado mais às gratificações a que eles têm direito. Como se sabe o FUNDEB é uma receita flutuante, variando de ano para ano, seu cálculo é baseado no censo Escolar. Em 2009 tínhamos aproximadamente 1.181 alunos, no ano de 2010 foi para 1.080 aproximadamente e neste ano como não foi oficializado, temos 971 alunos. Podemos observar que há uma redução significativa de alunos, nos anos iniciais acredito que não tenhamos nem meio por cento de alunos fora da escola. Nossa análise se baseou nos recursos em 2009 do FUNDEB e o valor de 2010. O recurso cresceu 13,30% de 2009 para 2010, de 2010 para 2011 ele cresceu 3,27%. Uma diferença de quase 10%. Outro ponto discutido foi realizar uma simulação do que receberíamos até o final de 2011. Subiu o valor por aluno, mas a matrícula diminuiu, as parcelas recebidas são variáveis. Há uma responsabilidade muito grande ao assumir um compromisso trabalhando com receitas flutuantes e despesas fixas. Somos muito questionados sobre o que é aplicado em cidades vizinhas. Alguns municípios vizinhos conseguem por não terem sofrido com políticos irresponsáveis que superlotaram de funcionários o setor de educação. Guarani tem 18 serviços para atender esta área, Rio Novo tinha cerca de 70 funcionários para a mesma área, hoje tem 54 servidores. Palavra com o presidente Elder Louro. Em algumas de nossas reuniões foi questionado sobre o percentual de 7,6% e a GIP de 12%. Gostaríamos de saber qual o critério utilizado para estes números. Palavra com a Sra. Maria Luíza. Quando aumentamos no piso, nós acrescentamos mais do que podemos dar, como não queremos sempre dar abono, criamos a GIP para que possamos acrescentar na remuneração, para que não ficasse apenas 7,6% decidimos criar esta gratificação. Palavra com o presidente Elder Louro. Há possibilidade de alteração destes critérios dentro da GIP, há possibilidade de reduzir este percentual e aumentar o percentual no salário base? Palavra com a Sra. Maria Luíza. Isto não é possível, este critério foi estudado. Existe na CONAI uma reivindicação para separar a despesa do FUNDEB do percentual da folha do município, porque muitos prefeitos não têm nem como pagar o que é determinado pela lei por conta da LRF. Palavra com o presidente Elder Louro. Sobre os 40%, sabemos que ele não é destinado diretamente para salários, existe algum estudo de conceder algum reajuste para estes profissionais? Palavra com a Sra. Maria Luíza. Entendo que não, porque não há uma determinação em percentual para direcionar os rendimentos destes profissionais. Muitas vezes o problema é a folha de pagamento do município, creio que não é possível porque gera uma dificuldade para o município, inclusive, alguns destes profissionais nem são diretamente ligados ao quadro da educação. Palavra com o vereador Ormeu Rabello. Foi colocado para o jurídico da Câmara, que nós estávamos retirando a gratificação e passando o percentual para o valor de reajuste? Essa Casa tem o direito de votar mesmo considerado pelo executivo inconstitucional e ser vetado ou pela justiça. Pelo parecer do jurídico é negado qualquer tipo de alteração,



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

Praça Marechal Floriano Peixoto, 01 – Centro - Rio Novo – MG – 36150-000

www.camararionovo.mg.gov.br

contato@camararionovo.mg.gov.br

(32) 3274.1132 **Atendimento**

(32) 3274.2212 **Secretaria**

porém nós estamos é remanejando. O legislativo tem discutido muito o assunto, porém nunca pensamos em ultrapassar os percentuais somados de reajuste e GIP. O meu pensamento é que dentro dos 15% propostos é possível trabalhar. Sobre a lei 005/2011, existem alguns tópicos dos quais discordo, talvez haja necessidade de ajustes nos termos apresentados, como por exemplo, onde se fala sobre uma possível solicitação ao funcionário em período de férias. Temos parecer de apenas um advogado. Podemos consultar outros. Se alguns dos que passaram aqui erraram, essa casa tem que consertar. O erro maior foi municipalizar uma educação de uma hora para a outra com mão de ferro. Em nossa região, a única Câmara que votou contra a municipalização do ensino fomos nós de Rio Novo. A reivindicação das professoras é que esse recurso do FUNDEB possa ser repassado a elas de forma que não fiquem prejudicadas em caso de afastamento por motivo de saúde, dentre outros. Discordo de determinadas exigências feitas no projeto de lei n°. 05/2011. Está mal redigido. Acho que o município tem condições de arcar com os 15%. Palavra com a Sra. Maria Luiza. Mudar uma lei dessa forma não é tão simples assim. Reafirmo para vocês, se o legislativo acredita que é possível fazer este reajuste, que ele possa mostrar para nós e para os profissionais como podemos utilizar os percentuais propostos nestas emendas. É muito bom mudarmos de idéia. Não é tão recente o fato de que 15% do FUNDEB não foi utilizado durante a administração passada e ninguém se preocupou em elevar o salário do professor. Agora está havendo essa preocupação. Palavra com o vereador Ormeu Rabello. Sobre o FUNDEB, em outra administração a responsabilidade foi do Senhor Marco Aurélio. Particpei por mais de dois anos na secretaria de saúde de seu mandato e não tive nenhum problema. Minha área foi bem administrada. Sobre as outras eu não posso falar nada, já sobre a CPI todos votaram a favor, porém no momento de realizar a CPI não houve vereadores que quisessem participar, e ainda comunico que a pessoa que levou as folhas do pagamento com erros fui eu, concordo com a Senhora que talvez não seja possível atingir o percentual. Palavra com o vereador Eder Lima. Sobre o percentual todos estávamos realmente de acordo, então digo que se caso votarmos pela adesão aos 15% no piso, o município em seguida vete este projeto, a secretária pode entrar no judiciário e conseguir trabalhar com o percentual utilizado? Palavra com o vereador Marcio Andrey. Nos propomos a votar pelos 15%. Não seria possível discutirmos melhor sobre isso? Palavra com Senhora Maria Luiza. A competência principal da Câmara é averiguar o que está acontecendo. Quem denunciou essas folhas erradas foi a Maíra e não o senhor. Gostaríamos de conceder um reajuste melhor, mas infelizmente é impossível para os cofres do município. Cabe às professoras saberem se elas querem essa porcentagem ou nada e ficar com abono do jeito que está. Palavra com o presidente Elder Louro. Sobre o plano de cargos e salários, há alguma perspectiva sobre seu desenvolvimento? Palavra com o Sra. Maria Luiza. Sim, estamos sempre analisando uma forma de colocá-lo em prática. Palavra com o presidente Elder Louro. Gostaria de solicitar que o vice-presidente assumisse a mesa para que eu possa me manifestar como vereador. Gostaria de cumprimentar a todos os presentes, senhores vereadores, secretária de educação. Gostaria de agradecer mais uma vez sua presença e também a de todos os funcionários públicos aqui presentes. Não poderia deixar de me pronunciar neste momento, principalmente após ouvir alguns comentários maldosos sobre a minha “suposta posição” sobre a matéria em pauta. E é para estes que estarei aqui falando. Em 2009, quando assumi uma cadeira nesta casa, eu tinha uma expectativa enorme em resolver algumas situações que julgava ser de fácil solução. Aos poucos fui percebendo que o que é fácil para alguns é muito difícil para outros. Mas aprendi a usar as pessoas sem passar por cima de suas autoridades para atingir meus objetivos. Solicitei para o município logo no início, com a ajuda do Tenente Wellington, e após ser convidado a conhecer o programa em Belo Horizonte, o PROERD, visando possibilitar um combate à droga em nosso município por meio de uma educação mais direcionada para nossos jovens. Criei possibilidades para o município aumentar sua arrecadação financeira, tirando realmente de quem pode contribuir. Lei do ISSQN das Instituições Financeiras, que estamos aguardando para verificar seu resultado. Enviei inúmeros requerimentos ao executivo visando o bem estar da população. Mas isso é o papel de todo vereador. Como esposo de professora e conhecendo as dificuldades enfrentadas pela classe, não poderia nunca deixar de tentar dar minha contribuição. E desde o início de minha legislatura tenho demonstrado aqui nesta casa com atitudes e ações minha posição em favor das reivindicações. A secretária é testemunha disso e já deve ter nesse



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

Praça Marechal Floriano Peixoto, 01 – Centro - Rio Novo – MG – 36150-000

www.camararionovo.mg.gov.br

contato@camararionovo.mg.gov.br

(32) 3274.1132 **Atendimento**

(32) 3274.2212 **Secretaria**

tempo me xingado bastante. Mas esse era o meu objetivo, forçar uma negociação. Pois com uma outra forma de ação e com uma classe desunida, muitos poderiam ser prejudicados. Já escutei por várias vezes aqui nesta casa, que comprar briga para professor é ficar fora dessa casa para o próximo pleito em referência a atuação do antigo vereador Sr. Hélio Macedo. Mas isso não me abalou. Por comprar a briga de vocês por melhores salários, fui acusado de prejudicar o recebimento de salários dos funcionários da saúde, argumento, naquela época usado pelo executivo. e não parei por aí. Muitos aqui são testemunhas do meu trabalho em prol da classe. Poucos podem criticar minha forma de atuação, muitos agradecem por não terem sido prejudicados por uma outra forma de ação. Se alguns comentam que fiquei satisfeito com as propostas apresentadas pelo executivo. digo que sim, pois foi um primeiro passo. A abertura para uma negociação de valores e artigos. Mas deixo aqui bem claro: negociação. O vereador Ormeu sabe muito bem disso, pelo seu tempo e conhecimento nesta casa, somos legisladores e fiscalizadores e não temos autonomia para determinar índices de aumento real para que o executivo cumpra. A aprovação por nós de um índice em desacordo com o executivo pode nos levar a uma ação direta de inconstitucionalidade administrativa e prejudicando vocês ainda mais com o tempo. Fico satisfeito sim, com esta abertura, apesar de estar ciente que pode –se melhorar. Satisfeito sim, em saber que o FUNDEB não foi criado neste mandato, como alguns vereadores aqui podem testemunhar, mas é nessa legislatura que algum resultado está sendo alcançado. Nunca deixei de me manifestar contrário ou favorável a qualquer proposição apresentada nesta casa, nem tentar influenciar qualquer decisão de outros vereadores ou deixar de comparecer as reuniões para dizer no futuro que naquela decisão eu não estava presente. Não aprendi a ser omissivo, errando ou acertando. Peço aqueles que não me conhecem, que procurem me conhecer. Não ponham palavras em minha boca e procurem conhecer mais as ações constantes de cada vereador e não as ações momentâneas de poucos. Temos que estar sempre preparados para escutar nem sempre aquilo que queremos. Obrigado a todos. Palavra com o vereador Ormeu Rabello. Discordo apenas de um item em seu pronunciamento, este projeto é polêmico, não estamos aumentando o gasto para o executivo. Palavra com o vereador Francisco de Assis. Peço parecer jurídico sobre as emendas apresentadas aos projetos. Palavra com o vereador Eder Lima. De acordo com o que foi acordado na quarta-feira que a maioria dos vereadores votará favorável a emenda de 15%. O executivo vetará o projeto e a secretaria de educação recorrerá à justiça para dar o 7,6%? Palavra com a Sra. Maria Luiza. Por ser lei federal o executivo por dar diretamente o percentual de 7,6% sem recorrer. Dando prosseguimento a reunião a Senhora Maria Luiza continuou discutindo os projetos juntamente com os vereadores e profissionais do magistério que se encontravam na platéia. **ORDEM DO DIA – 01 – Projeto de lei n.º. 04/2011.** Concede reajuste salarial aos profissionais do Magistério do município de Rio Novo. Prazo para parecer jurídico. **02 - Projeto de lei n.º. 05/2011.** Cria gratificação e altera Unidade Padrão de Vencimentos na Lei n.º. 731/99. Prazo para parecer jurídico. **03 – Projeto de Decreto Legislativo n.º. 13/2011.** Concede título de cidadã benemerita e dá outras providências. Encaminhado a todas as Comissões para emissão de parecer. Em 1º e única discussão e votação. Aprovado por unanimidade dos presentes. **PALAVRA LIVRE** – Palavra com o vereador Eder Lima. Não poderia deixar passar despercebida a correspondência do Oscar Niemeyer. Não podemos perder essa oportunidade, tendo em vista que ele doou um projeto do portal da entrada da cidade para o município e que ficou engavetado. Se não me engano retomaram o projeto. Isso não é questão de gasto exagerado, mas de ser um homem com cento e três anos de idade, que tem obras no mundo inteiro e que incluiu Rio Novo. Nós poderíamos tentar retomar essa discussão para construção do portal. No site do Oscar Niemeyer consta esse projeto que foi feito para Rio Novo. Palavra com o vereador Marcio Andrey. Não podemos nos esquecer de solicitar o projeto de Câmara ao Oscar Niemeyer, pois é muito importante termos a sede do legislativo de Rio Novo projetada por esse grande arquiteto. Palavra com o vereador Ormeu Rabello. Queria saber se algum dos vereadores tem noção do custo para realização desse projeto? Deveríamos fazer um requerimento ao executivo para saber se existe esse orçamento. Não sei se a Casa pode fazer isso, mas poderíamos procurar um engenheiro para fazer o projeto estrutural, elétrico, hidráulico e ver o custo. Palavra com o presidente Elder Louro. Acho que o André Colombo ou o Carlos Oscar tem esse orçamento disponível com os custos atualizados. Palavra com o vereador Ormeu Rabello. Queria fazer um requerimento verbal solicitando todos os convênios obtidos nos últimos anos e em caso



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

Praça Marechal Floriano Peixoto, 01 – Centro - Rio Novo – MG – 36150-000

www.camararionovo.mg.gov.br

contato@camararionovo.mg.gov.br

(32) 3274.1132 **Atendimento**

(32) 3274.2212 **Secretaria**

de verba parlamentar, a relação de valores e deputados que direcionaram esses convênios para o município. Palavra com o presidente Elder Louro. Em 1º e única discussão e votação requerimento verbal do vereador Ormeu Rabello Filho. Aprovado por unanimidade dos presentes. Não havendo mais quem desejasse fazer uso da palavra, foi encerrada a sessão mandando que se lavrasse a presente Ata.